Ata da 3ª Reunião Ordinária da Sessão Legislativa de 2016 da Câmara Municipal de Pará de Minas. No dia 11 do mês de fevereiro de 2016, à hora regimental, devidamente convocados, compareceram ao Plenário 15 vereadores, que subscreveram o livro de presença, sendo justificada a ausência dos vereadores Geralda Vítor Lebrão e Marcílio Magela de Souza. Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o presidente, vereador Geovane Cardoso Correia, declarou aberta a sessão. A ata da reunião extraordinária realizada no dia 1º de fevereiro de 2016 foi aprovada sem restrições. **LEITURA DE CORRESPONDÊNCIAS E COMUNICAÇÕES:** Ofícios do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros para programas do Fundo Municipal de Saúde. Termos aditivos aos convênios de subvenção nºs 25, 32 e 37/2015, celebrados entre o município de Pará de Minas e a Irmandade Nossa Senhora da Conceição, prorrogando prazos de vigência por mais 30 dias. Termo de convênio de subvenção nº 02/2016, celebrado entre o município de Pará de Minas e o Instituto Integrar Vidas, no valor de R$ 78.000,00. **LEITURA DE PARECERES:** Comissão de Legislação e Justiça: Projeto de Resolução nº 01/2016; Projetos de Lei nºs 01, 02 e 04/2016. **ORADORES INSCRITOS: Vereador Rodrigo Varela Franco:** disse que ficou surpreso, na última semana, ao ver no quadro de avisos da Câmara a portaria do dia 8 de janeiro aumentando o valor da verba indenizatória para mil, oitocentos e setenta reais, sendo que na reunião do dia 25 houve árduas discussões na votação do projeto de resolução propondo o fim da verba, em momento algum ele questiona quem usa ou deixa de usar a verba, ele questiona o fato de o aumento ter sido concedido num momento em que a prefeitura passa por dificuldades financeiras, a Câmara não está passando por dificuldades, mas pode ajudar o Executivo a trabalhar, pediu ao presidente a revogação da citada portaria, dizendo que ela fere os princípios da moralidade, transparência, publicidade e eficiência, o projeto que acabaria com a verba foi rejeitado, a situação deveria ser deixada como está, o aumento da verba é um péssimo exemplo que a Câmara está dando, ele acha que a Câmara deveria renunciar a esse aumento, a portaria foi feita "na calada", ele se sentiu lesado. O vereador **Geovane Cardoso Correia,** presidente da Câmara, disse que a portaria foi feita da mesma forma que foi nos anos anteriores, de

acordo com a legislação, os vereadores têm direito ao reajuste, e ele, como presidente, tem que fazer a portaria, e o vereador que não quiser a verba pode renunciar a ela, a portaria foi devidamente publicada no quadro de avisos da Câmara, de forma que não foi feita "na calada", como o vereador afirmou. **Vereador José Salvador Moreira:** leu resposta da Secretaria de Obras a requerimento de sua autoria, informando que incluirá no cronograma de obras o pedido de calçamento para a rua José Gomes Ferreira, serviço que será realizado assim que houver oportunidade. **Vereador Renato Almeida Costa Faria:** disse que está encaminhando ofício a três grandes empresas relacionadas à avicultura – Avivar, Frango Ferreira e Granja Brasília – pedindo que tenham mais atenção com o pequeno produtor rural, pois a tabela de preços utilizada está muito defasada, tudo está tendo aumento de preço e, da forma como está, pequenos avicultores não vão conseguir pagar todas as despesas. **Vereador Marcos Aurélio dos Santos:** disse que o artigo 9º da Resolução 520 permite o reajuste da verba, mas ele acha que deveria ser feita uma reflexão sobre o momento atual, sobre a real necessidade de reajustar o valor da verba, se é isso o que a população espera dos vereadores, ele é contrário ao reajuste, a Câmara não quis abrir mão da verba em sua totalidade, poderia abrir mão do reajuste; disse que deixou os pará-minenses encabulados uma declaração do prefeito Antônio Júlio, presidente da Associação Mineira dos Municípios (AMM), pessoa que ocupou e ocupa cargos importantes, de que existem agências nas quais se pode contratar pessoas, entre elas idosos e crianças, para fazer manifestações públicas com o intuito de conseguir algo com o governo, os professores ficam trabalhando valores com os alunos, e o prefeito diz uma coisa dessa, o prefeito declarou que uma manifestação só dá "ibope" quanto há sangue que, na verdade, nem sempre é sangue, mas material químico, quem disse isso foi o prefeito, talvez a maior autoridade da cidade, fato que é uma tristeza, questionou se isso está passando despercebido pela sociedade, pelo ministério público, poder judiciário, polícia militar e civil. Continuando seu pronunciamento, o vereador Marcos Aurélio dos Santos disse que, de uns dias para cá, a sociedade e a imprensa têm mostrado que a qualidade da água que tem chegado às residências não é a que foi contratada pelo município, conforme o artigo 14 do contrato assinado entre a prefeitura e a empresa Águas

de Pará de Minas, a concessionária, durante todo o prazo da concessão, deverá prestar serviço público de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de acordo com o disposto no contrato visando o pleno e satisfatório atendimento aos usuários, a empresa precisa se manifestar, está sendo apresentado nesta sessão um requerimento solicitando a presença da empresa na Casa assinado por todos os vereadores, quem poderia punir, advertir a empresa ou até chegar a cassar o contrato por caducidade seria a agência reguladora, que ainda não foi criada, como não existe a agência, o passo seria buscar o poder judiciário, antes de dar esse passo, porém, os vereadores pedem a presença dos responsáveis para quem possam esclarecer dúvidas e voltar a prestar um serviço de qualidade. **Vereador Leandro Almeida Ferreira:** pediu aos responsáveis pelo abastecimento de água no município maior atenção quanto à qualidade da água, uma resposta e a solução para o problema, disse ser necessário também que os estragos deixados pela obra de construção da adutora para trazer água do rio Paraopeba sejam consertados, a estradas de Córrego do Barro a Bom Jesus do Pará, por onde foram passados canos, está perigosa, é preciso uma fiscalização maior sobre essa obra, pediu que também seja reparado o calçamento da estrada de Trindade. Aparte do vereador Rodrigo Varela Franco: disse que foi procurado por diversos ex-funcionários da empresa e, segundo informações extraoficiais, cinquenta funcionários foram demitidos no fim do ano, o atendimento, pelo visto, está comprometido. **Vereador Geraldo Luiz Batista:** disse que estão surpreendentes as reclamações quanto à má qualidade da água oferecida pela empresa Águas de Pará de Minas, quem tem responsabilidade de oferecer água tratada, a situação está uma vergonha, a questão é séria, é preciso que a empresa dê uma resposta à altura, ele deixa seu apelo, a qualidade da água está duvidosa, os vereadores têm sido cobrados. O vereador Geraldo Luiz Batista disse que gostaria de manifestar sua indignação quanto à afirmação do prefeito sobre pagar manifestantes para participar de manifestações, ele fica triste com isso, não é esse o governo que a população quer, a questão é muito séria. **Vereador Antônio Linhares Villaça:** disse que o tema "água" será duradouro, a demanda do município é muito complexa, no início havia uma boa expectativa sobre a qualidade dos serviços da empresa Águas de Pará de Minas; o presidente da bacia do rio

Paraopeba afirmou que a água é imprópria para consumo, trinta e quatro cidades despejam esgoto diretamente no rio e ainda a penitenciária de São Joaquim de bicas, o que é gravíssimo; a Portaria 29/2014, tão citada pelo diretor da empresa, passa longe de cumprir o que a legislação determina, a situação é lamentável, o custo de vida em Pará de Minas elevou-se, a população está consumindo água mineral, as pessoas não têm confiança em tomar a água que chega a suas casas, se a empresa não está cuidando da água, imagina do esgoto; vereadores estiveram na comunidade de Torneiros e fizeram questionamento sobre cobrança ilegítima da taxa de esgoto, a empresa afirmou que a cobrança era legítima, logo em seguida reviu seu posicionamento e reconheceu a ilegalidade, isso é gravíssimo, a empresa estava cobrando a mais da população sem ter direito de cobrar, a comunidade de Torneiros foi valente, não se acovardou diante de uma imposição, lutou, reivindicou, e a empresa não vai mais cobrar o esgoto e vai devolver valores cobrados. O vereador Antônio Linhares Villaça disse que há no Ministério Público uma reclamação acerca da legalidade do plano de saneamento básico do município, porque, segundo o plano, que é um anexo indissociável do contrato, a tarifa será cobrada a partir de 2017, devido ao prazo necessário para regularizar os serviços nos distritos e povoados, mas a empresa não está honrando o contrato, o princípio da boa fé, da publicidade, na reunião em Torneiros, o grupo da administração pública da gestão municipal estava defendendo a empresa Águas de Pará de Minas, os vereadores estão atentos, o mínimo que a sociedade merece é respeito, a resposta do Ministério Público à reclamação está sendo aguardada, há novos fatos, será apresentada nova reclamação, se a empresa quiser permanecer em Pará de Minas, terá que mudar sua postura, se ela não consegue oferecer água de qualidade, não tem como ela dar continuidade aos serviços; disse que fez o registro de pedido de análises da água e que, até a data atual, a resposta não chegou, a população tem que ficar atenta, espera-se resultado e água de qualidade, senão será preciso tomar medidas. O vereador Antônio Linhares Villaça disse que a questão da verba indenizatória é complicada, a sociedade clama por mais eficiência na administração pública, a Câmara tem que passar credibilidade, uma vez que ela representa a população.

Vereador Flávio Medina Neto: exibiu um vídeo e uma matéria da TVI mostrando a água escura e barrenta que está chegando às casas em Pará de Minas, disse que a empresa Águas de Pará de Minas se justificou, dizendo que foi estourado um cano em determinada região da cidade, ele entende que essa justificativa é "conversa fiada", é preciso que a empresa venha a público falar a verdade do que está acontecendo e que não ludibrie a população, está evidenciado que é preciso instituir com urgência a agência reguladora, quando entraram dois "atores" na cena do distrito Torneiros, o prefeito enviou um ofício à Águas de Pará de Minas, para fazer média com moradores, dizendo que a empresa não poderia cobrar pela tarifa de esgoto, mas isso está no contrato, é preciso parar de fazer essas cenas, pensar mais no ser humano, deixar de enganar a população em detrimento a votos, há políticos que só pensam na reeleição, que os políticos sejam mais profissionais, que tenham mais zelo com a coisa pública e com o ser humano. O vereador Flávio Medina Neto disse que a verba indenizatória pode ser até legítima, mas, neste momento, em sua concepção, ela é imoral, no dia 25 de janeiro foi colocado em votação o projeto para acabar com a verba e, no dia 8 de janeiro, já havia uma portaria aumentando seu valor, o qual dá para comprar trezentos e setenta cestas básicas por ano; fez comentários sobre declaração do prefeito Antônio Júlio de pagar pessoas para participarem de manifestações, disse que a situação é séria e uma vergonha, na reunião da Câmara do dia 24 de dezembro de 2015, havia setenta e oito pessoas na platéia, ele disse que isso havia sido orquestrado por alguns vereadores, hoje está sendo comprovado o que ele falou, ele quer saber se o pagamento foi feito com dinheiro público, caso tenha sido, ele quer a devolução até dos centavos. Aparte do vereador Antônio Linhares Villaça: disse que a democracia está frágil, a liberdade de expressão, de escolhas, na discussão do plano saneamento, ele pediu vista ao projeto e quase apanhou, foi vaiado, foi dado um dia de prazo, parece que, de acordo o publicado no jornal, foi tudo forjado, uma montagem, mas parece que isso é típico de políticos usam desses artifícios para enganar a população. **Vereador Marcus Vinícius Rios Faria:** parabenizou o vereador Marcos Aurélio pela iniciativa do requerimento chamando os responsáveis pela empresa Águas de Pará de Minas para darem explicações sobre seus serviços, disse que a população tem sofrido com a qualidade da água,e nada

melhor que discutir o assunto na casa do povo, ele sempre defendeu a empresa, mas, na hora em que precisar cobrar, ele irá cobrar; disse que não viu nome de vereador algum na matéria de jornal contendo a citada declaração do prefeito Antônio Júlio, questionou o por quê de colocar nomes de vereadores na mesma situação da veiculada pelo jornal, disse que é preciso ter respeito com o colega de trabalho, que fazer politicagem com nome de vereador é covardia, que os vereadores são homens públicos e têm que ter coragem de enfrentar o povo que às vezes discorda do que falam ou de suas ações; se o prefeito fez as declarações ou não, isso não interessa nesta situação, o caso não é o de simplesmente falar que os vereadores orquestraram alguma coisa, ele quer que isso seja provado, pois falar simplesmente não resolve nada; fez a leitura de ofício enviado pelo prefeito Antônio Júlio à empresas Águas de Pará de Minas, com notificação sobre a qualidade da água. **APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES:** Requerimentos aprovados por 12X00: 55 e 56/2016, de autoria do vereador Ricardo Duarte Rocha; 57/2016, de autoria do vereador Rodrigo Varela Franco; 49 e 50/2016, de autoria do vereador Flávio Medina Neto; 52 e 53/2016, de autoria do vereador Renato Almeida Costa Faria; 54/2016, de autoria do vereador Marcos Aurélio dos Santos e outros vereadores. Requerimento de voto de pesar: 51/2016, do vereador Carlos Roberto Lázaro pelo falecimento de Patrocina dos Reis Viana (Tuzinha). **DISCUSSÃO DE PROJETOS:** O Projeto de Resolução nº 01/2016, de autoria do vereador Geraldo Luiz Batista -- Autoriza o Poder Legislativo a adquirir e a afixar o retrato de Monsenhor Osvaldo Ribeiro Lage na Galeria de Benfeitores de Pará de Minas, foi aprovado por 13X00 em 1ª e em 2ª votação. Projetos de lei com vista concedida: 01/2016 (a pedido do vereador Silvério Severino Francisco, e 02/2016 (a pedido do vereador Rodrigo Varela Franco).. **ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO SEGUINTE:** Constará dos projetos c de lei com os pareceres das comissões e dos requerimentos que forem apresentados na sessão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão, convocando a próxima reunião ordinária para segunda-feira, 15 de fevereiro de 2016, à hora regimental. E, para constar, lavrou-se esta ata que, depois de lida e achada conforme, se submeterá à apreciação da Casa.